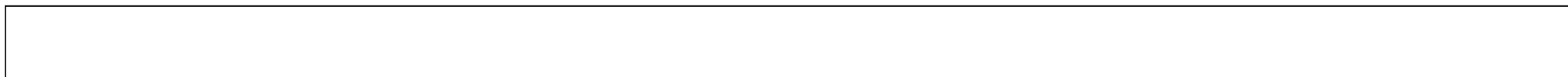
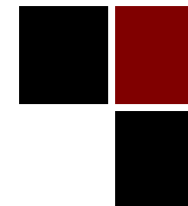


A Educação Superior no Brasil

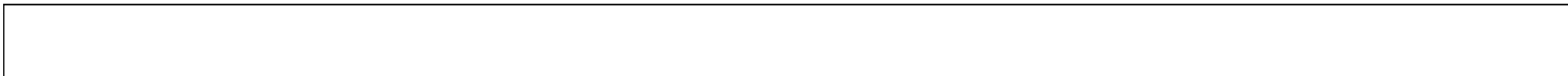
Prof. Dr. Mário César Barreto Moraes



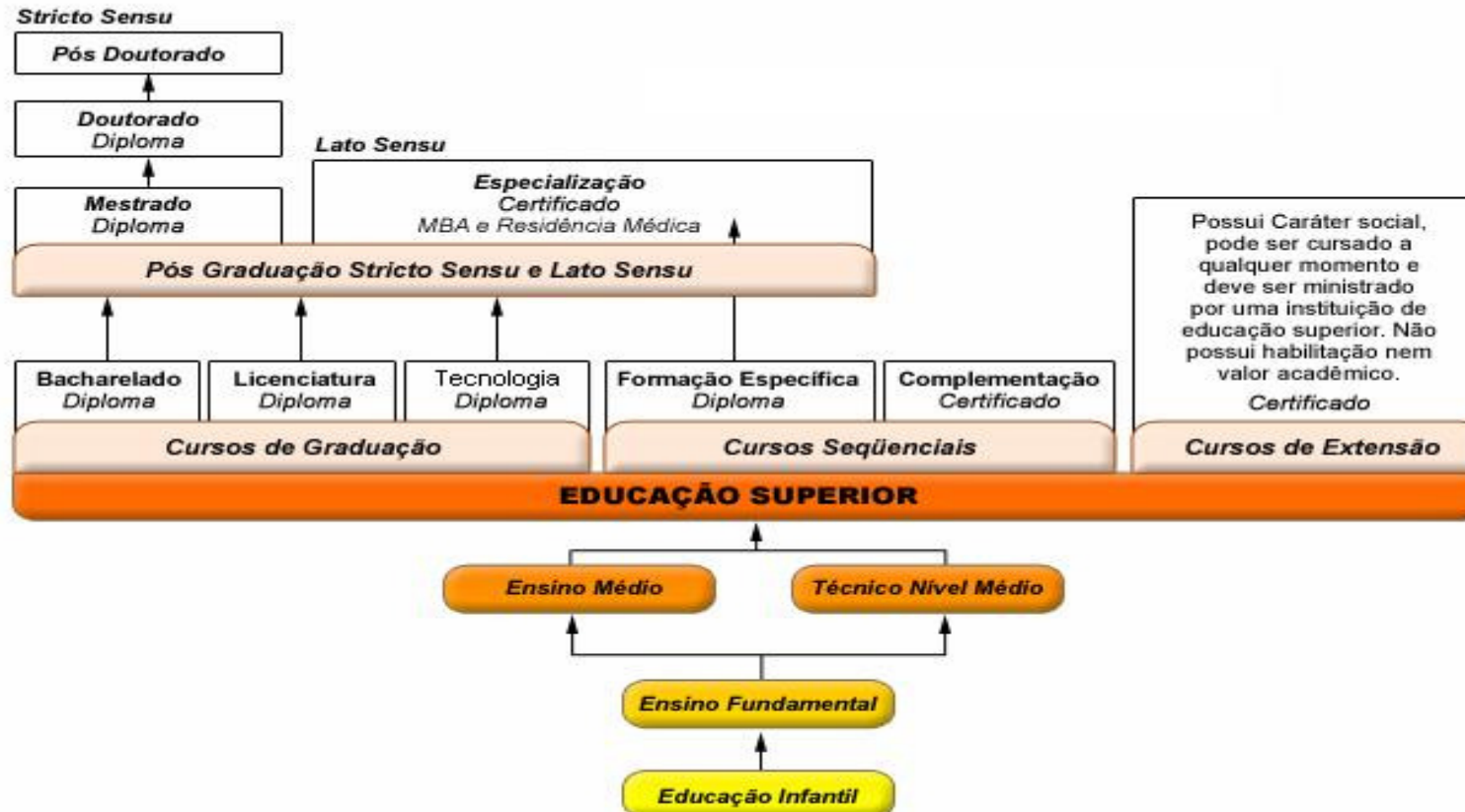
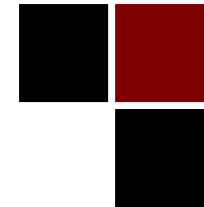
As instituições de educação superior são qualificadas como:

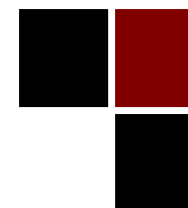


- INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
- INSTITUTO SUPERIOR DE TECNOLOGIA
- FACULDADES (ISOLADAS E/OU INTEGRADAS)
- CENTROS UNIVERSITÁRIOS
- UNIVERSIDADES

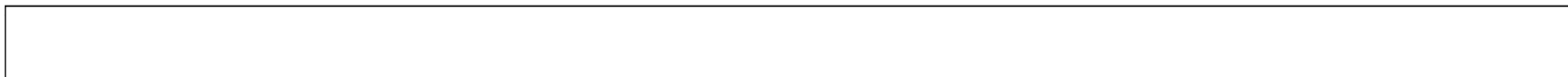


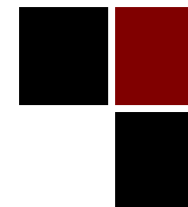
Percurso Formativo na Educação Brasileira



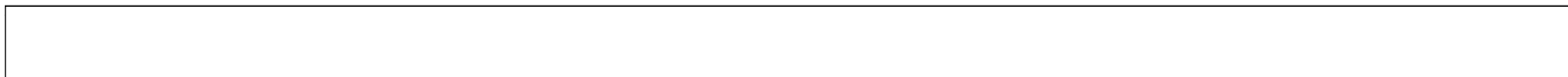


Autonomia de Faculdades, CEU's e Universidades.



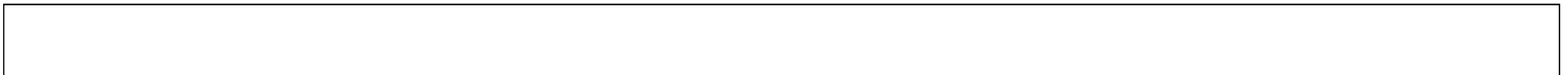
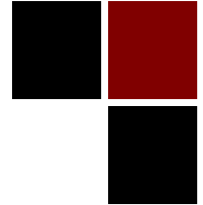


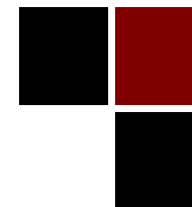
A LDB, Lei nº 9.394 de 20/12/1996 definiu os sistemas federal e estadual de educação superior.



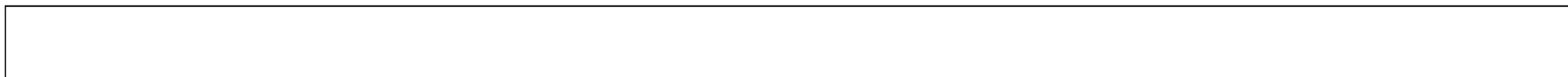
O Sistema Federal de Educação congrega:

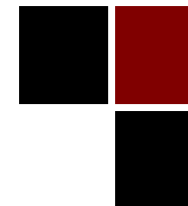
- Colégios e escolas técnicas federais;
- Centros federais de tecnologia;
- Universidades federais;
- Instituições de ensino superior privadas;
- Instituições de ensino superior confessionais;
- Instituições de ensino superior comunitárias.



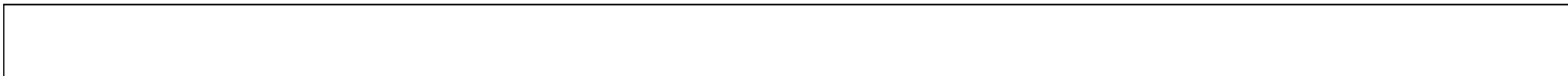


O Sistema Estadual de Educação Superior é composto pelas instituições de ensino superior públicas estaduais e municipais.

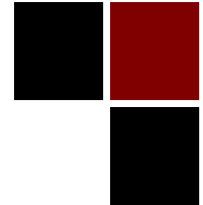




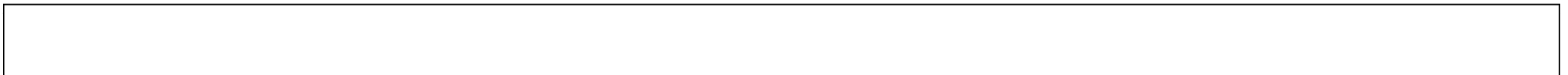
- A autonomia do sistema estadual, conferida aos CEE's excluía apenas o ENC e o EAD ;
- Atualmente restringe-se ao EAD, excetuando-se os casos de opção formalizada ao MEC de integrar-se ao SINAES feita por alguns CEE's;
- Reforma Universitária propõe também a exclusão da autonomia dos CEE's sobre o "*Stricto Sensu*".

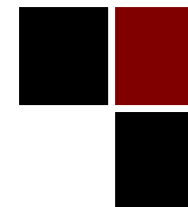


Processos que as IES submetem ao MEC, no Sistema Federal de Educação, incluem-se:

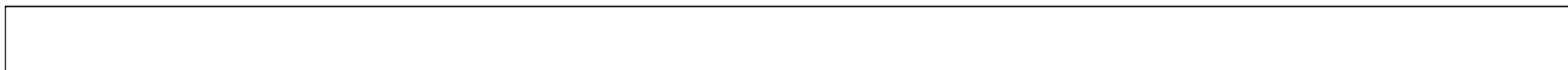


- Credenciamento e Recredenciamento de IES (SESu) (Decreto 3.860/5.773 - art. 20/15);
- PDI (SESu)(Resolução CNE/CES n.10/2002);
- Necessidade Social (SESu);
- Autorização de cursos (exceto para centros universitários e universidades);
- Credenciamento de EAD (SEED,SESu e INEP);
- Autorização de campus fora de sede (SESu);

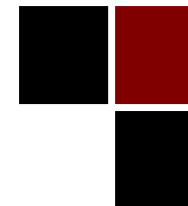




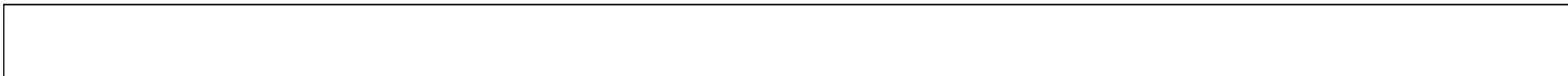
- Mudança de endereço (SESu);
- Transferência de manutenção (SESu);
- Reconhecimento de cursos (INEP e SESu);
- Renovação de reconhecimento de cursos (INEP e SESu);
- Avaliação Institucional (Sinaes) (INEP);
- Credenciamento e Recredenciamento de “*Stricto Sensu*” (CAPES);
- Credenciamento de “*Lato Sensu*” (INEP e SESu).



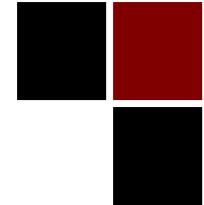
Novas Demandas Estimadas na Reforma Universitária/Decreto:



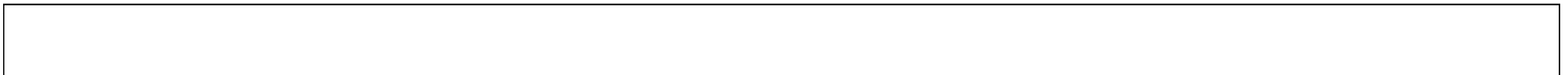
- PPI;
- PDI;
- PPC;
- Integração dos cadastros e dos sistemas;
- Serviços de intérprete e tradução da língua de sinais (art. 16 –VII g).



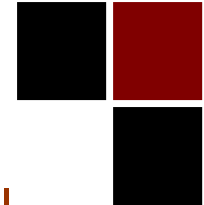
Novas Demandas Estimadas na Reforma Universitária/Decreto:



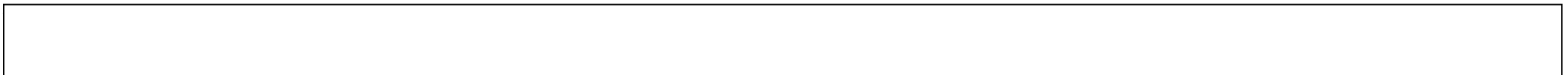
- Universidades devem informar em 60 dias sobre abertura de novos cursos (art. 28);
- Cursos superiores de tecnologia – autorização e reconhecimento via catálogo (arts. 29 a 31);
- Protocolo de reconhecimento de curso deverá ocorrer a partir de um ano do seu início (art. 39);
- Pedido de reconhecimento de curso deverá ocorrer a partir de um ano do seu início (art. 39);



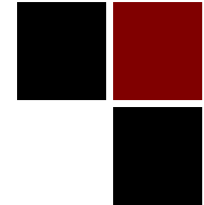
Novas Demandas Estimadas na Reforma Universitária/Decreto:



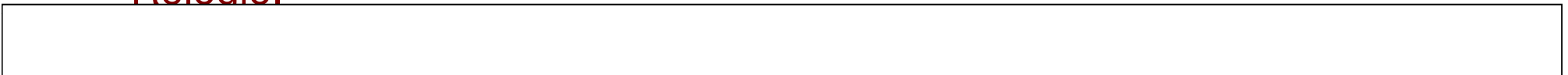
- Deferimento do pedido de reconhecimento terá como referencial básico os processos de avaliação do SINAES (art. 41);
- Alunos, professores e funcionários, via órgãos representativos poderão representar aos órgãos de supervisão quanto a irregularidades no funcionamento de instituição (art. 46);
- Recredenciamento de universidade (10 anos), de centro universitário (5 anos) e renovação de reconhec. (5 anos) (art. 59 - II);
- “O exercício de atividade docente na educação superior não se sujeita a inscrição do professor em órgão de regulamentação profissional”(art. 69).



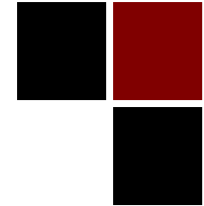
Outros Aspectos Relevantes e Principais Mudanças da Legislação Recente:



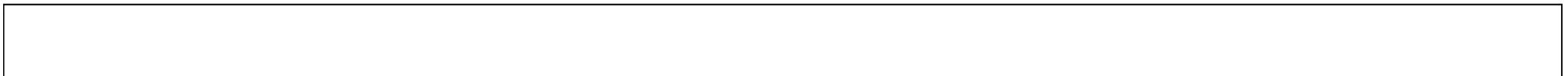
- DL 5.773/06 – Art. 10 parágrafo 7 – estende direito com o protocolo;
 - Art. 12 – PDI;
 - Art. 69 e parágrafo único – Conselhos e Tempo Integral;
- Resolução CES/CNE n.1 de 08/06/07 – Art. 7 – tcc e avaliação;
- Parecer CES/CNE n.8/2007 e Res. – Carga Horária Mínima de Cursos;
- Parecer CES/CNE n. 261/2006 e Res. – Hora Aula x Hora Relógio.



Outros Aspectos Relevantes e Principais Mudanças da Legislação Recente:



- Parecer CES/CNE n. 277/2006 e Res. – Nova organização dos CST;
- Parecer CES/CNE n.85/2007 e Res. – credenciamento e reconhecimento de centros universitários;
- Despacho Ministerial de 11/11/2005 – Cadastro Nac. de Docentes;
- Parecer n. 7/2004 – Aditamento de PDI.



Glossário



Decreto n. 2.080. Brasília: MCC/PR, 26/11/1996. - Regulamenta o seguro acad.

Decreto n. 2.494. Brasília: MEC, 10/02/1998. - EAD.

Decreto n. 3.860. Brasília: MEC, 09/07/2001. - Org. do Ensino Sup. (revogado)

Decreto n. 5.296. Brasília: MCC/PR, 02/12/2004. - Portadores de Nec. Especiais.

Decreto n. 5.773. Brasília: MEC, 09/05/2006. - Org. do Ensino Sup.

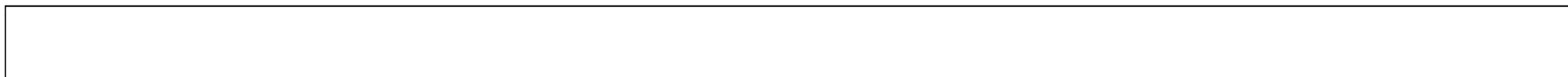
Decreto n. 87.497. Brasília: MCC/PR, 18/08/1982. - Regulamenta Lei n. 6.494.

Lei n. 4.769. Brasília: MEC, 09/09/1965.- Regulamenta profissão Administrador.

Lei n. 6.494. Brasília: MCC/PR, 07/12/1977. - Regulamenta o Estágio Supervisionado.

Lei n. 9.394. Brasília: MEC, 20/12/1996.- LDB.

Lei n. 10.870. Brasília: MEC, 19/05/2004.- Taxa de Avaliação.



Glossário



Parecer n. 134. Brasília: CNE/CES, 04/06/2003. - Aprova DCN e as homologa.

Parecer n. 300. Brasília: CFA, 10/01/2005. - Coord. Curso Adm.

Parecer n. 301. Brasília: CFA, 10/01/2005. - Prof. Disciplinas Profissionais de Adm.

Parecer n. 307. Brasília: CFE, 08/07/1966. - Regulamenta o currículo mínimo.

Parecer n. 329. Brasília: CNE/CES, 23/11/2000. - Duração Cursos Grad.

Parecer n. 1.070. Brasília: CNE/CES, 23/11/1999. - Critérios de autz. e reconhec.

Portaria n. 301. Brasília: MEC, 07/04/1998. - Cursos Grad. + Tecn. - EAD.

Portaria n. 1.679. Brasília: MEC, 02/12/1999. - Portadores de Nec. Esp.

Portaria n. 2.253. Brasília: MEC, 18/01/2001. - CH de Ens. não Presenc (20%).

Resolução n. 2. Brasília: CNE/CES, 07/04/1998. - Reconhec. Cursos.

Resolução n. 1. Brasília: CNE/CP, 30/09/1999. - Credenc. de ISE.

Resolução n. 1. Brasília: CNE/CES, 03/04/2001.- Pós Stricto Sensu.

Resolução n. 10. Brasília: CNE/CES, 11/03/2002. - Credenc. IES e PDI.

Resolução n. 4. Brasília: CNE/CES, 13/07/2005. - DCN de Adm.

